

Brasil

# 139 Governo promete ajuste de 23,7 bi

Meta com o FMI equivale a 2,6% do PIB em corte de gastos e aumento de impostos em 99

José Meirelles Passos, Maria Luiza Abbott e  
Tereza Cruvinel

WASHINGTON e BRASÍLIA

**O** Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciaram ontem as metas do ajuste fiscal que permitirão ao país obter um pacote de ajuda financeira coordenado pelo Fundo. Para o ano que vem, o Governo brasileiro está prometendo um ajuste de R\$ 23,7 bilhões, equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), estimado pela equipe econômica em R\$ 912 bilhões. As metas são progressivas até 2001, quando o país terá que atingir um superávit de 3% nas contas primárias (que não incluem o pagamento de juros da dívida pública). Apesar da cifra negociada com o FMI, técnicos do Governo discutem um pacote de medidas um pouco mais alentado, que prevê aumento da receita de R\$ 17 bilhões e cortes de R\$ 8 bilhões no item Outros Custeios de Capital (OCC), rubrica do Orçamento da União que inclui gastos com manutenção da máquina administrativa e investimento. Ou seja, um total de R\$ 25 bilhões.

Segundo um graduado integrante do Governo, entre as medidas já acertadas estava o aumento da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,3%, que daria um ganho de receita de R\$ 4 bilhões. Também já estava decidido que será proposta ao Congresso a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, que deve assegurar arrecadação extra de R\$ 300 milhões. Outra proposta praticamente fechada é a do aumento da alíquota de contribuição para a Previdência dos servidores ativos de 11% para até 16%, dependendo da faixa de rendimentos. Os funcionários públicos inativos, que atualmente são isentos da contribuição, passariam a descontar 11% de seus rendimentos para a Previdência. As duas medidas dariam ganho de R\$ 2,7 bilhões.

O Brasil se comprometeu a gerar um crescimento gradual do superávit: ele terá de ser igual a 2,8% do PIB em 2000, e a 3% do PIB em 2001.

#### Ajuste prevê mais imposto sobre combustível

Outra fonte de receita extra seria a criação de um imposto sobre o consumo de combustíveis, que proporcionaria mais R\$ 1,5 bilhão. O Governo pretende também acelerar a votação do projeto de lei que obriga todas as empresas, inclusive as instituições financeiras, a pagar PIS e Cofins. Se isso for aprovado, deverá dar uma receita extra de R\$ 1,2 bilhão para o Tesouro no próximo ano. Atualmente, as instituições financeiras são isentas da Cofins e determinadas empresas também conseguiram ganhar na Justiça o direito de não pagar nenhuma das duas contribuições.

As contas do Governo incluem a aprovação da segunda etapa da reforma da Previdência ainda este ano, o que daria uma economia de R\$ 2 bilhões em 1999. Já está decidido também que será apresentado um projeto de lei prorrogando o prazo de cobrança da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) para quem ganha acima de R\$ 1.800. Essa alíquota foi elevada no pacote de novembro do ano passado e deveria vigorar apenas até o fim de 1999. A ideia é prorrogar a cobrança pelo menos até 2001.

— O programa de médio prazo contém os componentes estruturais. Ele será analisado pelo presidente Fernando Henrique, que decidiu pelo prazo divulgá-lo. Entendimentos de natureza política possivelmente serão realizados antes da apresentação do anúncio, continuaremos os três disso. Deixaremos os organismos multilaterais — disse Pabalhos com a rodada da reunião.

Ele definiu a conclusão da primeira rodada da parte técnica das negociações como "passos extremamente relevantes", que estabeleceram um pon-



O MINISTRO Pedro Malan chega ao Palácio da Alvorada para entregar ao presidente as medidas de ajuste fiscal

to de partida comum para o acordo final, dentro de algumas semanas. Ficou decidido com o Fundo que o programa de ajustes terá como base reformas estruturais. No entanto, não chegaram a ser detalhadas que reformas serão essas e quais as medidas a serem implementadas. Essa discussão ficará para a próxima etapa das negociações:

— Os detalhes estão sendo resolvidos no Brasil. Desde que essas medidas estruturais proporcionem a trajetória do superávit primário que propusemos e o FMI aceitou, não temos dúvida de que o programa brasileiro terá o apoio das instituições financeiras internacionais — disse Parente.

O volume de dinheiro a ser concedido ao Brasil ainda não foi definido. Mas já se sabe que pelo menos US\$ 24 bilhões estão garantidos: US\$ 15 bilhões do FMI, US\$ 4,5 bilhões do BIRD e US\$ 4,5 bi-

lhões do BID. O Governo americano poderia acrescentar US\$ 10 bilhões.

#### Anúncio não será feito pelo presidente

O porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, disse que o ajuste será anunciado na próxima semana pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, após o segundo turno das eleições. Antes, o presidente Fernando Henrique Cardoso se reunirá com líderes de partidos aliados no Congresso para debater as medidas. O presidente, segundo Amaral, considerou o programa de ajuste fiscal "sério, ambicioso e equilibrado". O anúncio, acrescentou, será feito sem pronunciamento do presidente. ■

• ACM E INOCÊNCIO PEDEM A FH QUE ADIE ANÚNCIO DO AJUSTE, na página 22

#### O VOCABULÁRIO DA CRISE

• **DÍVIDA LÍQUIDA:** É tudo o que o setor público, ou seja, União, estados e municípios e empresas estatais devem. Inclui dívida com títulos no mercado, Previdência e dívidas bancárias.

• **SUPERÁVIT PRIMÁRIO:** É quando as receitas do setor público superam as despesas. Não inclui os gastos com juros.

• **RESULTADO NOMINAL:** É o resultado primário mais a despesa com o pagamento de juros.

• **PROGRAMA PLURIANUAL:** São metas estabelecidas pelo Governo e que estão sendo submetidas ao FMI que determinam que é preciso ter uma folga pouco superior a R\$ 20 bilhões por ano nas contas do Governo. As metas são até 2001. São fixadas em percentuais do PIB.

• **FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL (FEF):** É um fundo constituído por recursos retidos pela União e que deixam de ser transferidos para estados e municípios.

• **REFORMAS ESTRUTURAIS:** São mudanças na Constituição e na legislação comum que o Governo pretende adotar nas áreas tributária, trabalhista e da Previdência.